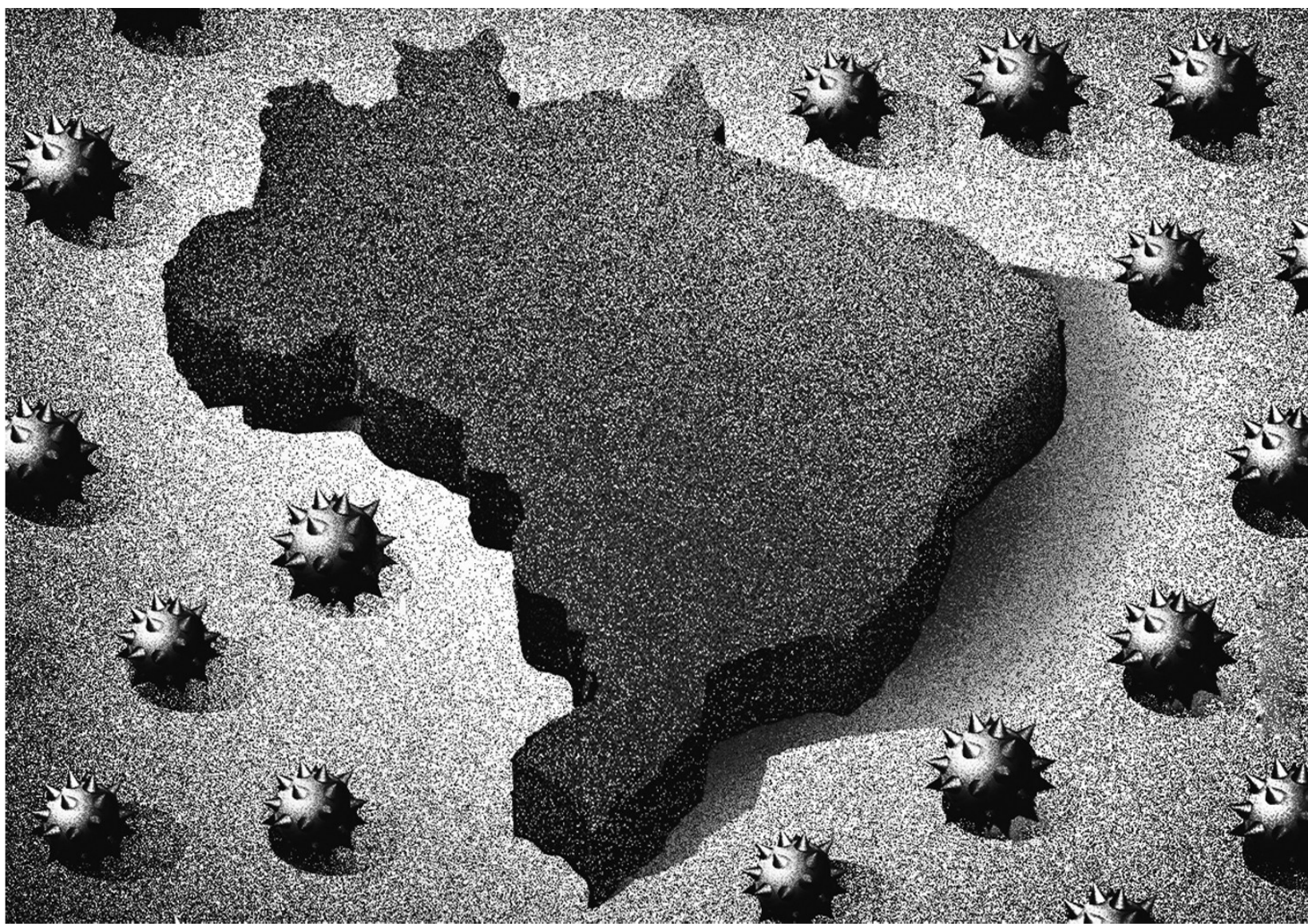


Problemas reais

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista



Entre administrar o governo e criticar o Banco Central, o presidente Lula tem preferido a segunda opção. Trata-se de bode expiatório de grande impacto, que impressiona os incautos. Não muda a realidade. Nem produz resultados concretos, além de aumentar o dólar. Agita a militância que tenta criar narrativas que favoreçam o chefe do governo. A inflação continua baixa por obra deste mesmo Banco Central, que se recusou a reduzir a taxa Selic (10,5%) — com votos de diretores lá colocados pelo atual presidente — por causa das derrapadas da política econômica. Mandar medida provisória para o Congresso aumentando impostos sem antes negociar é ação ingênua e inócua. Resulta em desgaste. Apenas irrita parlamentares e os interessados no assunto.

Além dos múltiplos problemas causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, há problemas sérios que aguardam ação enérgica do governo. Assunto urgente é, segundo estimativas oficiais, que a cidade de Belém do Pará não dispõe de acomodações suficientes em hotéis para receber os delegados da COP 30 que deverão afluir para o encontro. A solução encontrada pelos organizadores é alugar três navios de cruzeiro, de grandes proporções, para ficarem atracados no porto durante o evento. O porto de Belém, que eles chamam de Docas, foi revitalizado para receber restaurantes e bares. É um local de grande afluência de público. Um hotel de bandeira portuguesa planeja se instalar na área.

Há um problema sério que pode inviabilizar o planejamento. É necessário dragar o porto de Belém para aprofundar o calado e permitir que os grandes

navios encostem sem problemas. Se um navio daquele tamanho encalhar, será encrenca muito séria. Não há empresa brasileira capaz de realizar o trabalho. Haverá uma concorrência internacional para escolher a empresa ou as empresas que deverão realizar a tarefa. Mas existe pressa. Tudo tem que estar pronto e funcionando em novembro de 2025. Prazo curtíssimo até mesmo para alugar os navios que são todos de empresas estrangeiras. Se não houver acomodações para os delegados internacionais, será um vexame de proporções mundiais.

Esse é um problema objetivo. Outro foi provocado pelo amigo do presidente, o benefactor da Venezuela, Nicolás Maduro. Ele declarou que o território de Essequibo é parte de seu país. Publicou, oficialmente, novo mapa da Venezuela que inclui a metade da Guiana como território nacional. Além disso, ameaçou uma guerra de conquista contra os pobres guineenses que, agora, começam a desfrutar do dinheiro do petróleo. Tudo se passa na fronteira do Brasil tanto com um quanto com outro. São poucas estradas na região. Qualquer ataque terá consequências no território nacional. As forças armadas de Maduro dispõem dos modernos Sukhoi SU30, russos, e dos F-16, norte-americanos. A Força Aérea Brasileira utiliza velhos caças F-5, que são da década de 70, e aviões de ataque ao solo AMX, produzidos pela Embraer em consórcio com fabricante italiano. Os F-5 foram modernizados, mas não têm qualquer possibilidade de sucesso no confronto com os aviões de guerra do vizinho. Os AMX são antigos e obsoletos. Por essas razões, a FAB está cogitando comprar aviões F-16

para melhorar a defesa nacional. Os Gripen, comprados na Suécia, e parte deles montados no Brasil, chegam em conta-gotas. Dos 36 aviões comprados, apenas sete estão no país, e ainda em fase de testes.

O esforço para transferir as tropas da 1ª Brigada de Infantaria da Selva para a região de possível conflito realizado por terra, e com ajuda de barcas, demorou meses. E com elevado custo. Em decisão recente, a força terrestre decidiu também levar parte de seus blindados sobre rodas para Roraima, exatamente para reforçar a defesa na fronteira. A logística na região é difícil e cara, agravada pela falta de material e equipamentos. A Marinha brasileira utiliza aviões A-4, veteranos da guerra do Vietnã. E a corveta Caboclo, que faz a vigilância na costa norte do Brasil, tem 70 anos de uso. É uma embarcação antiga e com escassos recursos para serem utilizados na guerra moderna.

Duas outras notícias preocupantes. As principais organizações criminosas que agem no Brasil desembarcaram no Amapá. Lá, o índice de mortes é o mais alto do país por causa da fuzilaria entre esses grupos. O motivo é simples. O porto de Santana, naquele estado, é menos fiscalizado do que os de Santos e do Rio de Janeiro. A droga vem pelo Rio Amazonas e, naquele ponto, é distribuída para receptores na Europa e na África. É mais próximo do destino da droga. Outra notícia relevante. O governo argentino anunciou a possibilidade de instalação de uma base militar norte-americana no país. Esse detalhe tem o poder de trazer para o Atlântico Sul parte das crises políticas internacionais. O novo cenário vai exigir mais da Marinha brasileira.

Vale a pena mesmo não envelhecer?

» CLÁUDIO L. LOTTENBERG

Médico e presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein e presidente do Instituto Coalizão Saúde (Icos)

Juventude e velhice, para quem olha o mundo atual, quase parecem duas fortalezas inimigas, incommunicáveis, irreconciliáveis. O segundo termo assumiu ares de tabu, algo de que não “pega bem” falar abertamente — bem ao contrário do primeiro. Esse suposto antagonismo ganha até um ar de radicalidade, por exemplo, na canção *My generation*, do grupo The Who: “I hope I die before I get old” (Espero morrer antes de ficar velho).

Atual como seja, esse conflito não surgiu ontem. Oscar Wilde e George Bernard Shaw, um tanto amargos, teriam dito: “A juventude é desperdiçada nos jovens”. O *Fausto*, de Goethe, faz um pacto para jamais envelhecer. Cícero se debruçou sobre isso na Roma Antiga: “A natureza fixa os limites convenientes da vida como de qualquer outra coisa. Quanto à velhice, ela é a cena final dessa peça que constitui a existência”.

São uns poucos exemplos de como arte e filosofia veem a difícil relação do homem com a passagem do tempo. E essa questão faz limite com outra, já visível em Cícero: a da mortalidade — e seu reverso: a da imortalidade.

Hoje, dispomos de aprimoramentos científicos que muito evoluíram desde a revolução promovida por Galileu Galilei há cerca de 400 anos. Esses aprimoramentos levaram alguns a pensar em interromper, e reverter, o envelhecimento. Há um empresário norte-americano que, já bem entrado nos 40 anos, gastou fortunas para voltar a ser (fisicamente, claro) quem era aos 18 anos — uma espécie de Benjamin Button (de Scott Fitzgerald). Outro — Jeff Bezos, da Amazon — criou uma startup que pesquisa “reprogramação celular” para fazer com que células rejuvenesçam.

Rejuvenescer, tornar-se imortal, são noções que ressoam tão fundo que o fascínio que criam ofusca detalhes mais próximos da vida fora do sonho, por assim dizer. Não se pode perder de vista que o envelhecimento não começa e acaba no próprio indivíduo: este, afinal, vive, inescapavelmente, em sociedade — logo, há desdobramentos éticos, morais, sociais, econômicos, culturais.

Pesquisar o rejuvenescimento e a longevidade deve ser tema de debate contínuo e cuidadoso. E por que isso? A inovação, por exemplo, seria afetada. Um mundo com seres imortais, ou permanentemente jovens, culminaria em um mundo sem mentes novas, novas visões sobre as coisas, novas opiniões e sensibilidade. Criatividade, inovação e progresso são resultado de ações humanas que só surgem em meio à renovação de perspectivas e ideias que vêm com novas gerações. Estagnação intelectual e cultural, falta de inovação, monotonia seriam as consequências (bastante indesejadas), e a vida seria um tédio sem fim.

Mais indesejada ainda seria a estagnação social. A idade pode até parar de avançar, mas a economia não — e os desafios que esta apresentaria encontrariam uma humanidade bem menos capaz de se adaptar para superá-los. Muitos jovens empreendedores criam startups e empresas que impulsionam a economia e geram empregos. Mas “jovens”, aqui, significa necessariamente novas gerações, mentes jovens, visões novas.

Sempre acreditei na renovação pessoal — entendida como convivência entre as gerações nova e velha: se esta traz o legado de experiência e repertório para interpretar a realidade, aquela traz renovação emocional e mental, o sentido de continuidade e confiança no futuro. Nada disso haveria em um mundo de seres quase imortais. Novas gerações são essenciais para o progresso contínuo e para enfrentar desafios emergentes com lideranças renovadas, de maneira criativa e dinâmica.

Isso significa que se deve coibir o avanço de intervenções genéticas e epigenéticas, manipulações farmacológicas, rejuvenescimento celular, dietas? De modo algum. Não só não se pode recolocar o gênio na garrafa, como diz o ditado, como, talvez, até impedisse que viessemos a encontrar, quem sabe, curas e tratamentos há muito aguardados.

A questão “Vale a pena jamais envelhecer?” transcende medicina e ciência. Não por acaso lembrou-se aqui de como arte, filosofia e religião se postaram sobre isso: foi com esses instrumentos que a humanidade sempre buscou respostas. A ciência moderna chega como um (grande) reforço. Mas aquelas ferramentas continuarão a ser usadas. Porque, com elas, manifestamos o que nos faz humanos — e não há como nos despirmos de nossa humanidade, como se fôssemos observadores neutros no alto de uma torre. Não há torre: há a planície, na qual todos nós, humanos, nos igualamos.

Steve Jobs falou da morte de maneira notável em seu discurso aos formandos da Universidade Stanford, em 2005: a consciência da morte pode ser uma força motivadora para viver uma vida plena, autêntica e significativa. Saber que “a natureza fixa os limites convenientes da vida” ajuda a manter o foco no que importa.

Quem tiver visto o filme *Highlander – O guerreiro imortal* (1986) vai se lembrar da questão posta na música-tema, do grupo inglês Queen: “Who wants to live forever?” (Quem quer viver para sempre?). Nem vida nem juventude são eternas — e, para que continuem a valer a pena, talvez nem devam ser.

A invisibilidade literária do DF: precisamos falar sobre isso

» MARCOS LINHARES

escritor e jornalista, presidente do Sindicato dos Escritores do DF e do Instituto Fazer o Bem; membro do Fórum do Livro e da Leitura do DF

“O que mata os nossos escritores é o silêncio, o esquecimento.” Essa frase do publisher da Thesaurus Editora, o luso-brasileiro Victor Alegria, diz muito. Recentemente, confirmamos novamente isso: em recente matéria publicada pelo Portal G1 da Rede Globo, foram consultados professores de todo o Brasil para eleger qual seria o melhor livro publicado em cada estado. Lamentavelmente, o Distrito Federal não foi incluído na referida matéria.

Esse descuido evidencia uma tendência preocupante de marginalização da literatura produzida em Brasília, que merece reconhecimento e valorização tanto quanto qualquer outra unidade da Federação. O Distrito Federal tem uma rica e vibrante produção literária, sendo lar de escritores renomados que têm contribuído significativamente para a literatura nacional e internacional.

Dos nascidos em Brasília, um exemplo é Roger Mello, ganhador do prestigioso prêmio Hans Christian Andersen, considerado o Nobel da Literatura Infantil, concedido na Suécia. Além disso, temos outros talentos como Paulliny Tort (Prêmio APCA de 2021), Marina Mara (Prêmio O Voo do 14 Bis, Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia), Alexandre Pilati (Prêmio Machado de Assis de Contos, Sesc-DF) e Wélcio de Toledo.

Radicados no DF temos: Anderson Braga Horta (Prêmio Jabuti de Poesia, 2001), Cassiano Nunes (Prêmio Sílvio Romero da Academia Brasileira de

Letras), Maurício Gomyde (publicado em Portugal, Espanha, Itália, Alemanha e Lituânia), Cibele Tenório (Prêmio Todavia de não Ficção 2023), José Rezen-de Jr. (Prêmio Jabuti de Contos e Crônicas, 2010), José Almeida Jr. (Prêmio Sesc, 2017), Custódia Wolney (Prêmio Oliveira Silveira, Fundação Cultural Palmares, 2015), Nurit Bensusan (Prêmio Jabuti, Didático e paradidático, 2013), entre tantos outros autores.

Acerca de obras importantes para a cidade, entre mais antigas e recentes, destacam-se, entre outras: *Bagana* (de Ruy Carneiro, monólogo em três atos, primeiro livro impresso na nova Capital, em 1959); *Lua-na* (primeira ficção tendo a capital federal como cenário e personagem, de Garcia de Paiva, ambientado na cidade em construção, escrito em 1960 e lançado em 1962); *Paralelo 16: Brasília* (de José Geraldo Vieira); *Lobo do Planalto* (de Paulo Dantas), *Expresso Brasília — A história contada pelos candangos* (de Edson Beú), *Outono* (de Lucília Garcez), *Noites Simultâneas* (de Maurício Melo Júnior), *Pergunte à Pele* (de Marcos Fabrício Lopes da Silva), *Mayra e a Floresta Viva* (de Adriana Kortlandt e Marcelo Capucci), *O indizível sentido do amor* (de Rosângela Vieira Rocha), *Apague a luz se for chorar* (de Fabiane Guimarães), *Mulheres que mordem* (de Beatriz Leal), *Não vou mais lavar os pratos* (de Cristiane Sobral), *Clarice* (de Paulo Souza), *Três tigres tortas* (de Tatiana Nascimento), *Noites de Sol: o diário de uma quase adulta* (de Bruno Bucis), *Víúvas de sal* (de Cinthia Kriemler), *Risco Calculado* (de Elaine Elesbão), *Os possessos* (de Leonardo

Almeida Filho), *Poemas de Paixões e Coisas Parecidas* (de José Carlos Vieira), e a lista segue longa.

Não faltam autores e obras que transcendem fronteiras e idiomas e que merecem ser reconhecidos e celebrados. Ignorar a contribuição de nossos autores é desvalorizar a identidade cultural e literária do DF. Portanto, é crucial que veículos de comunicação de grande alcance, no processo de apuração do fazer literário nacional, possam reconhecer as realizações de prosa e poesia que acontecem no DF. Apenas assim poderemos garantir que a literatura brasileira seja apreciada na completude de sua diversidade e profundidade.

Faz-se necessário também ressaltar que entrou em vigor, em 10 de janeiro deste ano, a regulamentação da Lei de valorização da escritora e do escritor brasileiros e de incentivo à difusão de suas obras literárias (Lei nº 7.393/2024). A regulamentação dessa lei não é apenas um passo necessário, mas uma obrigação moral e cultural para assegurar que nossos escritores tenham o reconhecimento e o apoio que merecem. Sem eles, a indústria cultural do Distrito Federal estará fadada à estagnação e baseada na importação de ideias.

A literatura do DF não merece ser legada ao esquecimento. Finalizo com as palavras da saudosa Dad Squarisi sobre Brasília: “O horizonte sem fim me deu a certeza: quem tem esse infinito à frente não pode ter limites, é capaz de concretizar os sonhos mais grandiosos”.